

A decisão constitucional e a safra única de minérios

Mauro Santayana (*)

Desprezemos os protestos: a decisão de proteger os recursos minerais do Brasil, reservando-as a empresas brasileiras, é ato de soberania e de irreversível bom senso. É necessário distinguir aquilo que se pode considerar xenofobia — isto é, aversão ao estrangeiro — do dever de resguardar o patrimônio permanente da Nação.



Quando um estrangeiro, imigrante, ocupa parcela do solo para nela plantar e colher, erigir sua casa e construir sua descendência, incorpora-se à paisagem, passa a integrar a comunidade nacional, a ser um cidadão do País que o recebe. Outra coisa é quando esse estrangeiro chega para rasgar o solo, esgotar os seus veios minerais, exportar os bens da terra e partir, de volta, quando se completar o saque.

A proteção do subsolo é antiga reivindicação dos brasileiros, e encontra, na Inconfidência Mineira, seu mais expressivo momento político. Raspados os aluviões, a técnica rudimentar da época não permitia buscar os depósitos auríferos mais profundos. A avidez metropolitana, que não passava de instrumento de imperialismo mais hábil — o inglês —, não aceitava os argumentos da natureza, e exigia mais ouro. A ameaça da derrama foi um dos elementos (se não o mais importante) de aglutinação rebelde.

Minas Gerais, mais do que qualquer outro estado brasileiro, é província ferida pela agressão dos mineiradores estrangeiros. Dos velhos anos do ouro há talhos profundos em suas serras despidas, até hoje, de vegetação, apesar de dois séculos passados. Do ciclo do ferro, cuja exploração começou, sistemática, há escassos cem anos, as mutilações são frescas em seu horror. O governo do general Medici será lembrado, nas crônicas do estado, como se lembram hoje os alvarás de dona Maria Primeira.

Foi sob seu consulado que se iniciou a amputação da Serra do Curral, com a mineração de Aguas

Claras. Os mineiros haviam resistido, com o sr. Gabriel Passos (homem da UDN, e não um "subversivo", como costumam ser qualificados os nacionalistas), à entrega do grande maciço de hematita à Hanna Corporation. Não os guiava somente a proteção dos interesses econômicos nacionais: contrariava o senso comum de decapitar a montanha, incorporada à paisagem e à história de sua capital, quando não faltavam jazidas em torno, facilmente exploráveis. Prevaleceu a violência, e as explosões que arrebataram os penhascos soavam, aos ouvidos dos belorizontinos, como o canhoneio de invasores.

Antes disso, e os fatos são de todos conhecidos, outro conservador, o sr. Arthur Bernardes, impediu que o aventureiro Percival Fargue se apoderasse do pico do Cauê, em Itabira. Graças a esse gesto honrado, temos hoje a Companhia Vale do Rio Doce. Se, naqueles anos, mandassem no Brasil os que mandaram durante o governo do gene-

ral Medici, em lugar da Vale estaria a "Itabira Iron".

Nenhuma nação desenvolvida descuida de seus recursos naturais. As reservas minerais constituem uma exigência estratégica. O Brasil, apesar de sua proclamada potencialidade, começa a ter preocupações com alguns minerais, entre eles, o manganês.

As jazidas de Conselheiro Lafaiete se encontram exauridas e caminham para a exaustão as do Amapá. O manganês é, dentro da técnica metalúrgica clássica, indispensável para a redução do ferro em aço, além de suas outras aplicações industriais.

Não é só o manganês que nos deve preocupar. Há inúmeros outros minerais que estão sendo explorados sem qualquer precaução no Brasil. O Departamento Nacional de Produção Mineral foi a mais generosa das agências do governo em suas relações com as companhias estrangeiras. Uma delas, britânica, é detentora de centenas e centenas de concessões em to-

do o território nacional e se deu o luxo de trazer ao Brasil, para a inauguração de seus luxuosíssimos escritórios no Rio de Janeiro, uma das princesas da Inglaterra.

A reserva da exploração do subsolo a companhias nacionais não exime os legisladores de cautelas complementares. A cidadania brasileira não confere, por si só, o indispensável respeito para com o patrimônio permanente do País.

A lei ordinária deverá conter a atividade mineradora, a fim de que se assegure o equilíbrio ecológico, garantam-se reservas indispensáveis ao futuro, sejam respeitados os interesses econômicos e a cultura das populações das áreas trabalhadas. Uma das falhas da legislação atual está no completo desamparo do proprietário das glebas que cobrem as jazidas. Uma simples concessão de pesquisa de lavra basta para violar o seu direito de propriedade. A legislação ordinária só deverá autorizar os trabalhos

de mineração mediante acordo com o proprietário do solo, e, não havendo sua anuência, apenas quando o interesse nacional assim o exigir.

Quando se fala em mineração, pensa-se, antes de tudo, nas grandes jazidas que fornecem à indústria metalúrgica matérias-primas pesadas. Temos sido tão descuidados, ou ainda mais descuidados, no controle de outros bens geológicos. O mundo inteiro está inundado de pedras semi-preciosas brasileiras, e as exportações registradas dessas gemas ocupam lugar discretíssimo em nosso comércio exterior oficial. O contrabando campeia solto, nele incluídas as remessas ilegais de ouro, e bastará fiscalização eficaz nas regiões mineradoras a fim de, se não impedir, reduzir sensivelmente o prejuízo nacional.

É normal que gritem os concessionários estrangeiros das jazidas e os brasileiros que, a eles associados, sobrepõem seus interesses, menores e passa-

geiros, aos de toda a Nação. Tais protestos, porém, não nos devem desviar do caminho escolhido. O argumento de que, em nossos dias, se abrem os mercados socialistas ao mundo, e de que remamos contra a maré, na adoção de medidas protecionistas, não deve impressionar os mais avisados. Em primeiro lugar porque, apesar de suas dificuldades, esses países — com a exceção da China — se encontram relativamente mais desenvolvidos do que o Brasil e contam com melhor distribuição da renda interna. E, além de tudo, porque o Brasil deve conduzir-se, no mundo, pelos seus próprios interesses.

"Minério não dá segunda safra", alertou, certa vez, o sr. Arthur Bernardes. Da safra única já nos levaram quase todo o ouro, que contribuiu para os alicerces do soberbo Império Britânico, e grande parte dos outros metais. Guardemos o que sobra para a nossa própria e inadiável grandeza.

(*) Jornalista e escritor.